

# Monitor

MERCANTIL

Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de agosto de 2011



## Opinião

### Crise: problema ou instrumento de ganho?

Sempre que examinamos o fluxo de capitais nos períodos pré e pós uma crise, é típico – primeiro – perceber-se a invasão de recursos e – adiante – o movimento de evasão de divisas e de venda de posições. A invasão de capital, ao invés de monitorada, illogicamente é quase sempre estimulada por meio da imposição de qualificação de *investment grade*, sem haver qualquer monitoramento do preço que os *assets* alcançam em relação a economia real.

Estes sinais, por serem pautados exclusivamente como assunto de mercado, nunca levam em consideração os governos e a população dos países envolvidos. O capital é posto acima destes valores, abandonando qualquer movimento organizado de controle de movimentações que evitam ou levam à crises.

O comportamento dos governos e dos organismos reguladores internacionais quase sempre são demasiadamente simplistas ou – então – ingênuos. Isto ocorre porque não querem avocar a responsabilidade objetiva que lhes cabe. Sequer enfrentam o fato de que os Estados e suas populações, sempre serão beneficiários ou vítimas desta total desregulamentação.

A cumplicidade de todos os governos com as crises é consequência da ausência de limites. Nada é feito para evi-

tar ou amenizar manipulações de mercado que levam às ‘bolhas’ e sucessivas crises.

Ou será que não é óbvio, por exemplo, que os bens de mercado sempre sofrem supervalorização quando expostos – sem limites de valor – a grande volume de capital? E igual ocorre com títulos de dívida emitidos por países. Estes papéis descolam da realidade pelo caminho derivativo do mercado cambial e de juros, cujas apostas ou os tornam desvalorizados ou os superoneram de maneira a inviabilizar a capacidade do pagamento destes papéis pelo país emissor, afetando câmbio ou destruindo capacidade de reação do mercado, quando os capitais debandam daquela posição ou mercado.

Estas condições, portanto, se analisarmos a crise atual, demonstram que o mercado e seus *players* continuam a desconsiderar o valor do ser humano – e até dos Estados – na intrincada engenharia de obtenção de lucro.

A crise dos títulos da dívida pública dos EUA, bem como a dos países da Região do Euro (Grécia, Itália, Portugal, Espanha) e muito provavelmente, as crises que acometerão outros mercados emergentes, em grande parte encontram mesmas causas que se verificaram durante a formação do *crash* do mercado norte-americano em 1929, ou na crise de 2001 (Enron/Arthur Ander-

sen), ou no caso Parmalat em 2003. Não sendo diferente da bolha do mercado imobiliário de 2008.

Todas essas crises foram anunciadas e não puderam ser evitadas, pela total ausência de responsabilidade global, embora identificados os diversos abusos e ilegalidades que as causaram.

O *Securities Exchange Act* of 1934, que foi elaborada após o *crash* de 1929, de nada serviu para evitar o abalo do mercado causado pelo emblemático caso Enron/Arthur Andersen. E igual ocorreu com o *Sarbanes-Oxley Act* of 2002; criada após o caso Enron, também não serviu para evitar os fatores que causaram a supercrise de 2008.

E os fatos repetem-se. O recém criado *Dodd-Frank Act* já provou não ter a menor serventia para evitar a atual crise, frente ao óbvio crescimento e necessidade de absorção de emissão de títulos da dívida dos países citados, além dos de emissão do próprio Tesouro norte-americano.

Os *players* do mercado têm o poder, inclusive, de – isolada e irresponsavelmente – rebaixar o nível de classificação dos títulos norte-americanos, cuja liquidez – todos sabem – é a melhor do mundo, até porque lastreia as reservas cambiais das maiores economias do mundo.

Diante destas circunstâncias, a cada crise, fica evidenciada a necessidade da Comunidade Mundial, e não só G7 ou G20, organizarem-se em torno de um tratado internacional ou organização internacional, na qual seja criado um órgão de análise de todas as movimentações de capital que ocorram em bolsas de valores, no mercado de futuros, de derivativos, câmbio, fundos soberanos e reservas cambiais, super-estimando mercados, “*assets*” diretos ou os derivativos deles expandidos artificialmente.

Se as Nações já conseguiram se unir para criar a Convenção de Viena I e II, a ONU, o Pacto de Varsóvia, a Otan, a OMC, a Interpol, os Tratados da Basileia I e II, a União Européia e o Banco Mundial, por que então não conseguem organizar uma entidade internacional que monitore os coadjuvantes e protagonistas dos mercados mobiliário e financeiro internacional?

Final de contas, em todos os casos, o objetivo maior da civilização moderna é o “ser humano e sua qualidade de vida”, e não os Homens de Poder.

□ **Édison Freitas de Siqueira**

Presidente do Instituto de Estudos Econômicos e dos Direitos do Contribuinte.  
efe\_artigos@edisonsiqueira.com.br